

CONGRESSO

Quinquênio avança e preocupa o Planalto

CCJ aprova PEC que prevê bônus a servidor, e governo avalia impacto de R\$ 42 bi ao ano

» ANDREA MALCHER

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprovou, ontem, a proposta de emenda à Constituição que institui a parcela mensal de valorização por tempo de exercício dos magistrados e membros do Ministério Público, conhecida como PEC do Quinquênio.

O texto concede um adicional de 5% para os servidores do Judiciário a cada cinco anos de carreira. O limite do bônus é de 35%. A matéria, aprovada por 18 votos a sete, seguirá para a análise do plenário da Casa.

Atualmente, o limite de pagamento do serviço público é de R\$ 44.008,52, valor dos vencimentos dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), que estabelece o teto de remuneração do funcionalismo. Mas a PEC prevê que a turbinada nos salários de juízes e promotores não será contabilizada dentro desse teto.

O relatório de Eduardo Gomes (PL-TO) foi aprovado a contragosto do governo, com voto contrário, inclusive, do líder governista na Casa, Jaques Wagner (PT-BA). “Eu queria alertar a todos os colegas. E eu não vou falar em nome de governo, vou falar em nome de país, da responsabilidade fiscal e do impacto que essa eventual decisão pode ter”, alertou o senador.

“Quero só que os colegas entendam que bomba pode estar por vir aqui com essa bem-intencionada PEC, que é para valorizar principalmente os tribunais superiores, que não têm penduricalhos, ou pelo menos tanto penduricalho quanto têm outros Judiciários, e que, portanto, colocaria o quinquênio como forma (de penduricalho)”, pontuou Wagner. “É um tsunami do ponto de vista das carreiras jurídicas.

Edilson Rodrigues/Agência Senado



Jaques Wagner, na sessão da CCJ do Senado: “Estou só alertando para o tipo de impacto fiscal que vai dar”

Estimativa

Estudo feito pelo Centro de Liderança Pública (CLP) considerando o pagamento do chamado quinquênio apenas para juízes, procuradores e promotores estimou um impacto anual de R\$ 1,8 bilhão. Agora, com a inclusão de outras carreiras do serviço público na proposta chancelada na CCJ no Senado, o líder do governo na Casa, Jaques Wagner (PT-BA), disse que esse valor pode chegar a R\$ 42 bilhões anuais.

Isso vai ter impacto nos 26 estados e no DF. Não ficará restrito. A pressão sobre os governadores será imensa (...) Estou só alertando para o tipo de impacto fiscal que vai dar. Não existe orçamento próprio de nenhum Poder.”

Mais categorias

O parecer de Gomes estendeu o benefício a ministros do Tribunal de Contas da União (TCU), bem como a conselheiros dos tribunais de contas estaduais e municipais.

O penduricalho, de acordo com o texto aprovado, será pago também a defensores públicos, servidores da Advocacia-Geral da União (AGU), procuradores dos estados e do DF e delegados da Polícia Federal. A esses profissionais, estaria autorizado o

pagamento do bônus quando o servidor for impedido ou escolher não exercer a advocacia no setor privado.

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) extinguiu o pagamento do adicional em 2006. “Então, essa história é para deixar claro que já foi tentada, que não deu certo. E eu não vi, de 2006 até hoje, ninguém abandonando a magistratura ou qualquer outro órgão do Judiciário para seguir outras carreiras nas empresas privadas”, comentou Oriovisto Guimarães (Podemos-PR), que também foi contrário à PEC.

O presidente da CCJ, Davi Alcolumbre (União-AP), barrou as tentativas de inclusão de mais categorias na proposta e defendeu que alterações ao texto devem ser discutidas no plenário.

Tributária: frentes se antecipam à Fazenda

» ALINE BRITO

A Coalizão de Frentes Parlamentares apresentou, ontem, 13 Projetos de Leis Complementares (PLPs) para regulamentar a reforma tributária. Ante a demora do Ministério da Fazenda em enviar propostas para definir as normas, os deputados organizaram grupos de trabalho paralelos e estruturaram as leis que regulamentam, por exemplo, a tributação dos combustíveis e os regimes específicos e instituiu a Cesta Básica Nacional de Alimentos (CeNA).

Os projetos foram apresentados em audiência pública na Comissão de Desenvolvimento Econômico (CDE) da Câmara, com a presença do relator da reforma tributária, Aguinaldo Ribeiro (PP/PB). Os grupos paralelos foram formados por cerca de 500 participantes, entre

entidades do setor privado e 26 Frentes Parlamentares.

“O setor produtivo se mobilizou, se antecipou e já tem a sua agenda definida. Vamos esperar o que vem do governo e tentar ver qual é o aperfeiçoamento ou se é possível aperfeiçoar. As leis complementares são do governo, isso estava previsto na própria reforma tributária, então agora é o momento de o governo apresentar essas leis e, a partir daí, as frentes parlamentares se mobilizam para discutir a agenda”, afirmou o senador Efraim Filho (União-PB), que acompanhou os GTs.

Apesar de estar previsto no texto da PEC da reforma tributária o envio dos PLPs pela Fazenda, a intenção dos deputados é que, como os projetos das frentes foram protocolados primeiro, tenham a preferência.

“A expectativa é que os

nostros textos sejam os principais e que a gente consiga avançar nas pautas, porque foram fruto de um trabalho extremamente técnico”, disse o deputado Pedro Lupion (PP-PR), presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA).

Prazo

A PEC 45/2019 foi aprovada e promulgada em dezembro de 2023. Para entrar em vigor, é necessário regulamentar, por meio de PLPs, as mudanças na tributação sobre consumo. A Fazenda tem seis meses, a partir de então, para enviar ao Congresso os projetos complementares. A previsão era de que os entregasse nesta semana, mas adiou por causa da viagem do ministro Fernando Haddad aos Estados Unidos.

A preocupação de parlamentares é de que o ministério

só apresente os projetos no fim do prazo, em junho, e, com isso, atrase a aprovação da regulamentação. Com as eleições municipais deste ano, o Congresso deve ficar esvaziado. O objetivo é de que os textos complementares sejam analisados antes do recesso parlamentar do meio do ano e aprovados ainda em 2024.

“A gente quer que o governo apresente o mais rápido possível os projetos complementares para iniciar o debate e termos o tempo necessário para debater. A reforma tributária aprovada, mas sem regulamentação, não vale de nada. Se ela não for regulamentada este ano, corremos o risco de perder todo o trabalho feito até o momento”, frisou João Galassi, presidente da Associação Brasileira de Supermercados (Abras), que contribuiu para a criação dos 13 PLPs.

Braga diz que reagiu a conjunto de ataques

» EVANDRO ÉBOLI

Um dia depois de protagonizar um momento de discussão e de agressão a Gabriel Costenaro, do MBL, nos corredores da Câmara, o deputado Glauber Braga (PSol-RJ) postou um vídeo no qual mostra ocasiões em que sofreu ataques verbais do integrante do movimento.

Na legenda, o parlamentar escreveu: “Olha aí o santinho que agora se diz agredido. É um marginal protegido pelo MBL. O deputado Kim Kataguari já sabia o que ele estava fazendo e o protegeu e incentivou. MBL é organização criminosa fascista e tem que ser tratado como tal”.

Depois de uma discussão que durou cerca de cinco minutos com esse militante, Braga o expulsou do prédio do Congresso aos empurrões e pontapés. O parlamentar comentou também quando presidia a sessão da Comissão de Legislação Participativa (CLP), ontem. “Não foi a primeira vez que esse sujeito fez isso. Já é conhecido. Foi a quinta vez. O resultado de ontem (terça) foi uma reação a um conjunto de ataques que ele já vinha fazendo”, frisou. Ele ganhou o apoio de colegas, como Luiza Erundina (PSol-SP).

Kim Kataguari anunciou que ele e outros deputados vão pedir a cassação de Braga por conta desse episódio.

Zeca Ribeiro / Câmara dos Deputados



O deputado Glauber Braga deve ser denunciado ao Conselho de Ética

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br



Lula deve pôr as barbas de molho com o cenário mundial

Num Palácio em que a cozinha governa, porque a área meio controla as atividades fins, o florentino Nicolau Maquiavel seria uma espécie de espírito de porco, a desafiar o coro dos contentes que cercam o príncipe, num momento em que o seu governo precisasse corrigir seu curso.

“De quanto pode a fortuna nas coisas humanas e de que modo se lhe deva servir” (*Quantum fortuna in rebus humanis possit, et quomodo illis it occurrerem dum*), o 15º capítulo d’O Príncipe, foi escrito para separar a religião da política, numa época em que o Estado recebia forte influência da Igreja, mas trata de desse assunto.

À época, dizia-se que as coisas eram governadas pela fortuna e por Deus e que os homens não poderiam modificar o seu destino. É mais ou menos o que acontece com o governo Lula, cujo futuro parece predeterminado por velhas convicções ideológicas, o que é sempre uma forma distorcida de apreensão da realidade, tanto quanto a religião.

Na navegação, seja costeira, seja estimada ou astronômica, há uma diferença entre o rumo da agulha, aquele para o qual a proa do barco aponta, e o rumo verdadeiro, que só aparece quando se usa régua e compasso. O barco parece seguir numa determinada direção, mas está sendo desviado pela corrente. Caso nada seja feito, não chegará ao destino. O nome disso é deriva.

Antigamente, muitos se deixavam governar pela sorte e perdiam o poder. Até Maquiavel separar as responsabilidades: “Para que o nosso livre-arbítrio não seja extinto, julgo poder ser verdade que a sorte seja o árbitro da metade das nossas ações, mas que ainda nos deixe governar a outra metade, ou quase”.

Comparou a Fortuna aos rios torrenciais: “Quando se encolerizam, alagam as planícies, destroem as árvores e os edifícios, carregam terra de um lugar para outro; todos fogem diante dele, tudo cede ao seu ímpeto, sem poder opor-se em qualquer parte”. Quando fala da Fortuna, Maquiavel se refere às contingências que cercam um governante.

O príncipe que se apoia totalmente na sorte vai à ruína. Entretanto, observou Maquiavel, “isso não impedia que os homens, quando a época era de calma, tomassem providências com anteparos e diques, de modo que, crescendo depois, ou as águas corresse por um canal, ou o seu ímpeto não fosse tão desenfreado nem tão danoso”.

Desde a eleição de Lula, o cenário externo passou por grandes mudanças. A guerra da Ucrânia, de um lado, e a de Gaza, de outro, e os governos do Cone Sul, com destaque para a Venezuela e a Argentina, colocaram em xeque e estratégia de projeção de poder do Brasil na cena internacional como uma potência regional com papel decisivo. O mar de almirante virou um oceano proceloso, que ameaça levar ao naufrágio nossa excelente diplomacia.

Cenário externo

Ao trazer de volta para o debate político interno o lugar do Brasil no mundo, Lula abriu um flanco para a oposição até então inimaginável. Da mesma forma como o isolamento internacional se tornou um grande ponto fraco do governo Bolsonaro, a deriva diplomática de Lula começa a abrir espaços para a oposição, interna e externamente.

Nesse aspecto, o confronto entre o bilionário sul-africano Elon Musk, da Tesla, da Space X e do antigo Twitter, agora X, e o Supremo Tribunal Federal (STF) não deve ser subestimado, porque abriu espaço para a atuação ostensiva de lideranças ligadas ao ex-presidente Jair Bolsonaro no exterior, com a narrativa de que vem sendo vítima de perseguição política. Lula e o ministro Alexandre de Moraes são retratados como protagonistas de uma trama autoritária, que busca sufocar a oposição e restringir a liberdade.

O ambiente econômico mundial, em meio à guerra comercial entre os Estados Unidos e a China, também não oferece ao Brasil as possibilidades que se imaginava no governo. Mesmo nos países ricos, o problema fiscal é preocupante. O Conselho Europeu busca reconstruir reservas orçamentárias para a transição energética, a transformação digital e a defesa. Nos Estados Unidos, a inflação de 3,5% força o Federal Reserve (Fed), seu banco central, a manter sua política de juros.

Foi ruim a reação do mercado ao adiamento da meta fiscal de déficit zero para 2025. Era um segredo de polichinelo, a expansão de gastos do governo já apontava nessa direção. Mesmo assim, sinalizava responsabilidade fiscal da equipe econômica e dava credibilidade ao ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

As relações comerciais com a China e a Rússia, estratégicas para o agronegócio, não são o bastante para a expansão da nossa economia. O ambiente externo, a mudança na meta fiscal e, agora, o confronto entre o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e o presidente Lula são complicadores que exigem uma estratégia de redução de danos do governo. Para piorar, a regulamentação da reforma tributária está encahalhada, e surgem pautas conservadoras e diversionistas, como comissões de inquérito, que retiram o foco do parlamento daquilo que realmente é decisivo para o país crescer. O governo precisa se adaptar ao novo cenário externo e corrigir o seu rumo.